

UMA ABORDAGEM SEMIÓTICA DA MODALIZAÇÃO NA MÍDIA IMPRESSA

REGINA SOUZA GOMES
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

ABSTRACT: This research aims at analysing and describing, in the framework of French Semiotics theoretical and methodological orientations, semantic-discursive aspects of modal structures used at news collected in Brazilian newspapers intended to a more scholarship public (O Globo and Folha de São Paulo) in order to observe its argumentative role.

KEYWORDS: modalization; semiotics; text journalistic.

1. Introdução

O discurso jornalístico, especialmente o que se manifesta nos gêneros notícia e reportagem, surge como um relato dos eventos no mundo. O jornalista Eugênio Bucci, em introdução na obra de M. Gomes (2003: 9), afirma: “O que pretendo dizer, enfim, é que o relato jornalístico ordena e, por definição, constitui a realidade que ele mesmo apresenta como sendo a realidade feita de fatos”.

Essa constatação de que “a notícia acontece como elemento discursivo” (idem), ou seja, não se apresenta como reflexo objetivo e imparcial da realidade, dificilmente é aceita pelos jornalistas, como se pode atestar ainda no texto de Bucci acima citado: “O jornalismo ainda crê e faz crer no relato positivista. O discurso jornalístico, de que o profissional da imprensa é o operador, supõe-se baseado na premissa de que os eventos se sucedem independentemente da presença ou do olhar do observador [...]” (Bucci, 2003: 11).

Pode-se dizer também que essa crença na imparcialidade das narrativas jornalísticas é também compartilhada pelo leitor, que tem por elas acesso a um conhecimento sobre o mundo. Correspondente a um ato de fazer saber do jornalista, que pressupõe um julgamento como verdadeira a ocorrência do evento tal qual se mostra no jornal, há um dever crer do leitor, condição necessária para interpretar as imagens e relatos como representações fiéis da realidade. A construção da credibilidade pelo jornal, de um lado, e a confiança do leitor, de outro, são, então, facetas de um acordo tácito, primordial para a existência e eficácia do próprio discurso jornalístico.

Estudos Linguísticos/Linguistic Studies, 5, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, 2010, pp. 195-212

Mas a impossibilidade de relatar um fato sem que se tome um ponto de vista e uma certa orientação discursiva, perceptível pela própria escolha e ordenação das ações e vozes dos envolvidos nos fatos (o que faz, aliás, com que as narrativas sejam coerentes) evidencia as tensões entre a exigência de objetividade característica dos gêneros notícia e reportagem e a necessária presença do sujeito da enunciação no enunciado, própria de qualquer discurso, mesmo que esteja dissimulada ou atenuada.

A constatação dessas tensões não é suficiente, no entanto, para a compreensão do funcionamento e constituição do discurso jornalístico. É preciso demonstrar como se inscrevem nos textos as marcas de subjetividade em meio aos procedimentos que os fazem parecer objetivos. Uma dessas marcas de presença da enunciação é a modalização, que procuraremos analisar neste artigo. Nosso objetivo é, portanto, explicitar alguns aspectos semântico-discursivos das estruturas modais presentes em notícias e reportagens de jornais brasileiros de distribuição nacional, voltados para leitores mais escolarizados (especificamente *O Globo* e *Folha de S. Paulo*), observando seu papel argumentativo. Também serão considerados fenômenos como a aspectualização e gradação (tensividade) que incidem sobre os elementos modais, contribuindo para a criação de efeitos de sentido de natureza cognitiva e afetiva.

O quadro teórico-metodológico no qual se fará a análise é o da teoria semiótica de linha francesa, que opera com categorias e estruturas invariantes capazes de abarcar e explicar a variabilidade de manifestação das modalidades na língua e sua complexidade.

2. Pressupostos teóricos

As modalidades podem, a princípio, ser tomadas como “a produção de um enunciado dito modal que sobredetermina um enunciado descritivo” (Greimas & Courtés, 2008: 314). Entre as principais dificuldades em analisar as modalidades do ponto de vista semântico-discursivo encontram-se: (1) a grande variedade de elementos linguísticos, lexicais e gramaticais, responsáveis por manifestar nos textos as modalidades, tornando muito difícil a sua delimitação e descrição exaustiva e (2) a polissemia frequente desses elementos, muitas vezes gerando ambiguidades irresolúveis.

A teoria semiótica¹, ao propor um conjunto de categorias invariantes que possam explicar a organização sintática (do ponto de vista semântico,

¹ O modelo teórico-metodológico da semiótica concebe a geração do sentido como constituído de três níveis de abstração – (a) o *fundamental*, que articula categorias axiológicas opositivas elementares (interiorização vs. exteriorização, por exemplo), (b) o *narrativo*, que explica a busca dos sujeitos pelos valores, realizando transformações, representados nos textos pelos encadeamentos narrativos e (c) o *discursivo*, que descreve a assunção, por um sujeito da enunciação, dessas estruturas mais abstratas e sua discursivização nos textos, por meio de procedimentos de projeção de pessoa, tempo e espaço e de concretização dos valores pelos mecanismos de tematização (distribuição e encadeamento de temas) e figurativização (concretização dos temas em caracteres dos sujeitos, chamados atores, em comportamentos, ações, cenários etc., constituindo as representações das coisas do mundo no discurso).

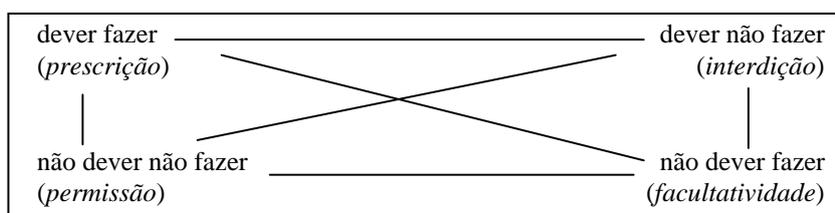
não necessariamente gramatical) que envolve os enunciados modais, por sua economia taxionômica e sua natureza preditiva, abstrata e estrutural, permitem abarcar e explicar a multiplicidade de elementos modais existentes e evitar confusões entre as construções linguísticas concretas, lexicais e sintáticas, e seus conteúdos semânticos, que podem não coincidir. Considerando isso, o emprego do futuro do pretérito, do adjetivo *suposta* e da expressão *colocar em dúvida*, nos enunciados seguintes, correspondem à mesma modalidade – *não crer ser*:

A *suposta* vítima, ainda segundo o depoimento, *teria* então apontado para um colega – o que está sendo acusado de estupro pela jovem – e [*teria*] dito que “o queria”. (*Suposta vítima de estupro teria chamado acusado, O Globo, 20/06/09*).

Mesmo *colocando em dúvida* a lealdade do aliado, o presidente... (*Renan conquista o poder perdido, O Globo, 31/05/09*)

Da mesma forma, o verbo *dever*, nos enunciados que seguem, concretizam: (a) um *dever fazer* (prescrição) em “Funcionários dos aeroportos e médicos que lidam com pacientes também *deverão* ser vacinados”. (*Butantan quer produzir vacina contra a gripe suína neste ano, Folha de S. Paulo, 23/05/09*); (b) um *não crer não ser* (probabilidade) em “– Estamos aguardando o relatório da Unesco, que *deve* apontar providências para que isso não aconteça [perda do título de Patrimônio da Humanidade pela cidade de São Luiz, devido à ameaça de desabamento dos casarões históricos]” (*Vegetação ameaça casarões de São Luiz, O Globo, 31/05/09*); e (c) um *dever ser* (indispensabilidade) em “O médico, para cuidar de seu paciente, *deve* conhecer a realidade social, econômica e as características de cada região.” (*A 6 meses do vestibular, USP muda 2.ª fase, Folha de S. Paulo, 23/05/09*).

Para tanto, considera como modalidades básicas o *saber*, *poder*, *dever*, *querer* e *crer*, sobremodalizando os enunciados de estado (ser) e de transformação (fazer), modificando seus predicados. Podem ser projetados, do ponto de vista paradigmático, no quadrado semiótico, organizando as virtualidades de ocorrência e potencialidades relacionais, como no quadro seguinte:



Quadro 1: Modalidades deônticas (de fazer) projetadas no quadrado semiótico

As outras modalidades podem, do mesmo modo, ser assim organizadas, modificando tanto os predicados de fazer, como no exemplo do quadro acima, quanto os de ser.

Para a semiótica, no entanto, a abordagem das modalidades não se restringe à identificação e estudo das suas manifestações linguísticas nem a sua interpretação nos enunciados isolados, lançando mão, para a decidibilidade de seus conteúdos polissêmicos, de elementos contextuais (linguísticos ou situacionais, inferíveis a partir do discurso) como suplementares aos operadores modais para sua compreensão. As modalidades, para a teoria, dizem respeito ao discurso como um todo, e devem ser apreendidas em um nível mais geral e abstrato (Bertrand, 2003: 311-312). Elas podem ser apreendidas num nível mais profundo, no âmbito das estruturas narrativas, e num nível mais superficial, no discurso. São consideradas, portanto, decisivas para sua constituição e condição de interpretabilidade.

Num nível mais abstrato, relativo à organização narrativa dos textos, as modalidades funcionam nos encadeamentos das transformações narrativas, como enunciados que, ao modificar os enunciados de ação, explicam as pré-condições de sua realização, constituindo um percurso canônico. Na chamada de primeira página intitulada “Carla Bruni já é a nova primeira-dama”, publicada na edição de *O Globo* de 03/02/08, a ação manifesta-se no discurso como acabada, realizada: “A França tem uma nova primeira-dama. O presidente Nicolas Sarkozy casou-se com a namorada, a ex-modelo italiana Carla Bruni, no Palácio do Eliseu, sede do governo [...]”.

Para a interpretação do conteúdo dessa pequena chamada, contudo, é preciso pressupor um *querer* ou *dever* casar por parte dos sujeitos do enunciado, instaurando as suas motivações, além de um *saber* e *poder*, instituindo sua competencialização, como condições lógicas para a realização da ação, ou seja, as estruturas modais devem ser tomadas como necessárias à performance, apreendidas por dedução.

Essas modalidades básicas do fazer sobredeterminam e enquadram, portanto, as ações narrativas, podendo ser ou não manifestadas no discurso. Há textos em que se concretizam todos esses estádios, narrativizando a transformação do sujeito desde sua condição virtual, a etapa de assunção ou adesão ao sistema de valores pelo *querer* e pelo *dever* até a realização da ação e seu julgamento como bem ou mal sucedida, conferindo ao discurso um fechamento. Mas há outros textos em que apenas algum ou alguns desses estádios estão manifestados, inscrevendo no discurso uma abertura e uma perspectiva ou fazendo com que apenas se possam pressupor os outros estádios, como no caso da chamada de *O Globo* acima comentada.

No nível discursivo, mais concreto, as modalidades podem recair sobre o enunciado – modificando o relato do narrador ou as vozes por este projetadas de outros sujeitos, os actantes dos eventos narrados – ou sobre a própria enunciação. É possível apresentar-se não só na forma de enunciados modais simples, mas também em formas mais complexas. Neste caso, enunciados modais podem sobredeterminar outros enunciados modais, retardando a própria atualização do enunciado descritivo. Segundo Fontanille (2007: 174), o número de modalidades “distancia-se proporcionalmente do centro de referência, pois ele aumenta a distância em relação ao modo realizado”. Essa distância pode ser exemplificada por meio da fala de um delegado responsá-

vel pela investigação de uma ocorrência de estupro, projetada pelo narrador em notícia veiculada em *O Globo*, 20/06/09. Ao referir-se à vítima, ele diz: “Não posso dizer que ela falseou a verdade. Mas há contradições. Ela, por exemplo, lembra que um rapaz foi embora antes dos outros, mas *não sabe* quantos *teriam* participado do *suposto* estupro”. Detalhes sobre o ato de estupro, segundo o depoimento da vítima, são analisados e modificados, na fala do delegado, por um *não saber* (manifestado pela expressão “não sabe”), relativo à quantidade de participantes da violência, e um *não crer ser* (emprego do futuro do pretérito no verbo *ter* e do adjetivo *suposto*), pondo em dúvida a participação dos acusados e a própria existência do crime, tendo, assim, o delegado imposto um distanciamento entre sua posição e a agressão relatada pela vítima, demonstrando um certo julgamento desfavorável em relação ao seu depoimento.

Além disso, as modalidades apresentam-se em discurso ora em compatibilidade ora em incompatibilidade. No primeiro caso, as modalidades compatíveis tornam provável a realização da ação; no segundo caso, as incompatibilidades concretizam conflitos, construções concessivas e desencadeiam dispositivos afetivos que afetam o discurso e tornam improvável, demorada ou dificultosa a realização das ações narrativas. O texto abaixo, uma carta da seção “Cartas dos leitores”, publicada em *O Globo*, 03/02/08, pode servir de exemplificação:

PERIGO NO AR

A crise continua. Os aeroportos continuam cheios, o Galeão cada vez pior e as filas cada vez maiores. A Anac [Agência Nacional da Aviação Civil] continua sem pilotos na diretoria e sem uma gestão participativa. Precisamos de gente que entenda de aviação. Economistas, engenheiros e bancários deveriam militar nas suas áreas. Vamos deixar a nossa aviação em mãos corretas. Sinto falta dos militares aviadores na gestão do DAC. Da forma que anda, brevemente veremos outro acidente no Brasil. Basta! Cansei de reclamar! (Luci Pereira, por e-mail, 31/1, Rio).

Na missiva, observa-se que o enunciador modaliza seu próprio dizer pela certeza (*crer ser*) e pela verdade (*saber ser*), perceptíveis pelo emprego do modo indicativo dos verbos empregados ao fazer seus julgamentos e relatar as situações, apresentando-as como evidentes. Modaliza também os conteúdos enunciados: por exemplo, em “Economistas, engenheiros e bancários *deveriam* militar nas suas áreas”, por um *dever fazer* (verbo *dever*) e um *saber não ser* (emprego do futuro do pretérito). A modificação desse enunciado por categorias modais incompatíveis já prenuncia uma constituição conflituosa que contém a realização da ação desejável e torna o julgamento dos estados de coisas como desfavoráveis. Há, então, coocorrência de modalidades como *querer não ser* (é considerado nocivo a direção da Anac estar em mãos de profissionais como economistas, engenheiros e bancários e, em consequência, os aeroportos estarem cheios, com filas cada vez maiores, e os acidentes acontecerem), um *saber ser* (esse fato ocorre, tem existência, é julgado verdadeiro) e um *crer poder não ser* (o narrador crê que é possível

evitar que a direção da aviação nacional esteja sob a responsabilidade desses profissionais e possa estar “em mãos corretas”).

Essa conjugação de elementos modais incompatíveis, sobredeterminada pela intensidade (forte) e por uma extensidade restrita (o objeto que se almeja é restrito, concentrado – a mudança da direção da Anac) acaba por modificar toda a enunciação por uma sensibilização e uma direção emotiva, que pode ser lexicalizada como *indignação*. O papel passional assumido pelo enunciador se concretiza no texto pelas construções injuntivas, pelos enunciados exclamativos, enfim, pelo tom enfático, pela dramaticidade no modo de dizer: “Vamos deixar a nossa aviação em mãos corretas. Sinto falta dos militares aviadores na gestão do DAC. Da forma que anda, brevemente veremos outro acidente no Brasil. Basta! Cansei de reclamar!”

Enfim, a organização modal de um texto pode levar à construção das imagens do enunciador e do enunciatário no texto, assim como sua interação comunicativa, explicando a própria orientação argumentativa e ideológica dos textos, sendo fundamental para a compreensão da própria discursivização de um ponto de vista, um posicionamento enunciativo. As modalidades podem mesmo deixar de ser apenas categorias modificadoras dos enunciados para tornarem-se, elas mesmas, os valores almejados, servindo como elementos estruturadores do discurso. Os textos a seguir são de uma coluna do jornal, assinada pelo jornalista Ancelmo Gois, de *O Globo*, 03/02/08, ilustram esse papel da modalização:

AVENIDA NOEL ROSA²

Cresce em Vila Isabel, no Rio, um movimento para mudar o nome do Boulevard 28 de Setembro para Avenida Noel Rosa.

O assunto virou enredo do Bloco Gargalhada, do bairro. O samba cita o clássico “Fita amarela”, de Noel: “Quando eu morrer, não quero fita amarela, quero é Avenida com meu nome”.

SÓ QUE...

O nome Boulevard 28 de Setembro vem de uma boa causa.

O empresário progressista Barão de Drummond, que urbanizou Vila Isabel, deu o nome para louvar a data de assinatura da Lei do Ventre Livre, em 1871.

Os textos estão arranjados em seguida e constroem uma unidade de sentido, como se pode perceber, estruturando-se de modo a opor um *querer* (mudar o nome do Boulevard 28 de Setembro) a um *dever* (manter o nome da avenida, dada a “boa causa”). Em “Avenida Noel Rosa”, o estatuto dos actantes do enunciado – os moradores do bairro de Vila Isabel, na cidade do Rio de Janeiro, foliões do Bloco da Gargalhada – é modificado pela modalidade volitiva, associada a valores de natureza lúdica. A manifestação do desejo ocorre por meio de uma marchinha, num bloco carnavalesco. Em “Só que...”, o actante da enunciação, concretizado pelo jornalista que assina a

² Noel Rosa é um importante e talentoso compositor e cantor de samba brasileiro, nascido em Vila Isabel, onde viveu a maior parte de sua vida.

coluna, encontra-se modalizado por um valor deôntico, que se associa, aqui, a valores descritivos de natureza pragmática e econômica, o que se constata pela justificativa dada a favor da manutenção do nome. O narrador, então, orienta argumentativamente o discurso para fazer prevalecer os valores deônticos e pragmáticos sobre os volitivos e lúdicos, apontando para determinado posicionamento ideológico da enunciação – a reafirmação da ordem cívica oficial, a valorização das realizações de cunho econômico, material e das obrigações, a que devem estar submetidos os desejos dos cidadãos e o fazer de natureza artística.

3. Modalização e aspectualização

Como vimos no item anterior, para a semiótica, a modalização pode ser analisada em uma etapa da geração do sentido dos textos mais abstrata que o próprio discurso, explicando as estruturas narrativas e o encadeamento lógico das condições necessárias da realização das ações pelos sujeitos. A discursivização das estruturas narrativas pode se dar em qualquer ponto do percurso: quer no seu início, quando os sujeitos e seu fazer não passam de uma virtualidade (manifestando no texto apenas um desejo ou obrigação do sujeito do fazer em busca de um valor), quer no seu processo de conquista ou aquisição das competências necessárias para a realização da ação, tornando-a possível e predizível, quer no seu fim, a ação textualizada como já acabada.

Nos textos jornalísticos, é possível encontrar qualquer uma das etapas manifestada, ora trazendo as outras explicitamente relatadas, ora somente implícitas (como se pôde ver na chamada de primeira página sobre o casamento do presidente francês, anteriormente comentada).

A enunciação, ao escolher como os eventos principais das notícias podem ou devem ser relatados – no seu início, no seu desenrolar ou no seu fim, como ações acabadas – instaura no discurso uma aspectualização, que sobredetermina a temporalização³ das ações ou estados.

As categorias aspectuais (perfectividade/imperfectividade; duratividade/puntualidade; incoatividade/ terminatividade etc.), então, podem ser analisadas como uma faceta da conversão em discurso das estruturas modais invariantes que explicam a lógica dos percursos narrativos dos textos, não se restringindo à observação de marcas gramaticais e lexicais pontuais dos enunciados concretos que formam os textos.

A análise da aspectualização sob o primeiro ponto de vista apresentado – como procedimento discursivo relacionado às categorias modais que dão sustentação lógica às narrativas – é especialmente importante ao tratar dos textos jornalísticos, como procuraremos demonstrar.

³ Para a semiótica, a aspectualização não determina somente o tempo, mas também recai sobre os actantes discursivos, com a instalação de um observador (instância cognitiva que estabelece um ponto de vista sob o qual os fatos são narrados) e sobre o espaço. Neste trabalho, apenas nos detivemos na aspectualização do tempo.

As notícias e reportagens, mesmo privilegiando certa etapa da narrativa, ao apresentar os fatos ou como realizados ou como um devir, nunca deixa de criar no leitor o que Landowski (1992: 119) chama de “uma perpétua expectativa sintagmática”. Isso significa que, ao distribuir a “informação em sequências”, o enunciador, mesmo relatando um acontecimento do dia, pontual e acabado, “determina, ao mesmo tempo, todo um programa virtual, que os números seguintes não poderão deixar de atualizar” (idem).

A notícia “Corveta chega a Recife com mais destroços do Airbus” (*O Globo*, 20/06/09) ilustra bem esse procedimento que leva à manutenção do vínculo entre o jornal e seu leitor, ou seja, de sua fidelidade:

A corveta Caboclo, da Marinha brasileira, chegou ontem a Recife com mais de uma centena de peças do Airbus da Air France que caiu no Atlântico, na noite de 31 de maio, com 228 pessoas a bordo. Os destroços formam um imenso quebra-cabeça com o qual os especialistas da França vão tentar desvendar as causas da queda da aeronave, cuja caixa-preta não havia sido encontrada até a tarde de ontem. O maior fragmento recolhido era a copa do avião.

O primeiro parágrafo da notícia, acima transcrito, ao mesmo tempo que relata um evento terminado – a chegada da coverta com destroços de um avião que caiu no oceano – abre uma expectativa da explicação do fato – as causas da queda da aeronave, postas como enigma a ser “desvendado” por especialistas. Desse modo, o narrador introduz no texto um “programa narrativo virtual”, ao discursivizar um *querer* e um *dever* investigar, que impulsionam a busca de um *saber*. Estabelece, portanto, pela conversão em discurso das modalidades anteriormente descritas, as motivações e a busca de competencialização que inscrevem, por uma aspectualização incoativa, uma narrativa que só chegará a termo em edições posteriores do jornal.

Embora a notícia dê ênfase a um fato já finalizado (modo realizado da ação, dotada de aspecto perfectivo e pontual) – o desembarque de peças do avião –, a abertura para continuidade da narrativa é reiterada posteriormente, na mesma notícia, quando, por exemplo, esta informa que, embora a Agência Europeia de Segurança Aérea não exija ainda a troca de sensores de velocidade nas aeronaves (equipamento que supostamente pode ter causado a queda do avião, segundo reportagens anteriores, suspeita reafirmada nessa) por falta de “elementos suficientes” para isso, “deixava ‘uma porta aberta’ para que a medida fosse tomada”.

Há notícias, no entanto, em que a principal ação narrativa somente aparece como virtualidade, como intenção, previsão, estimativa. É o caso de uma notícia publicada na *Folha de S. Paulo* de 23/06/09, “Butantan quer produzir vacina contra a gripe suína neste ano”:

O Instituto Butantan *quer* iniciar a produção da vacina contra gripe suína, A (H1N1), no segundo semestre deste ano.

A *intenção* é que esteja disponível ainda neste ano para uso nos aeroportos de Cumbica, em Guarulhos, e Galeão, no Rio, onde se concentram os voos internacionais.

O instituto *estima* ter ao menos 100 mil doses disponíveis para aplicar em passageiros do mesmo voo no qual tenha viajado uma pessoa já infectada pela gripe suína [...]

Ao modalizar o principal enunciado de fazer do relato (“iniciar a produção da vacina contra gripe suína”) por um *querer*, e por outros lexemas que também concretizam essa modalidade (*intenção, estimar*), o enunciador o virtualiza, discursivizando apenas uma das condições prévias para sua realização, tornando o aspecto não-começado a tônica que determina a temporalidade de todo o texto. Apesar das motivações para a ação, os sujeitos de fazer não estão ainda dotados de uma competência que viabilizaria a ação e seu sucesso, como se verifica na passagem seguinte: “O Butantan e os outros laboratórios *esperam o envio das cepas por parte da OMS* para iniciar a produção. O tempo e a eficácia da futura vacina, contudo ainda são *incógnitas*”.

A falta de cepas e o lexema *incógnitas* que predica “o tempo e a eficácia da futura vacina” são concretizações (representações figurativas e temáticas) de um *não poder fazer* e um *não saber ser*. Impõe-se, então, no texto, um distanciamento entre um impulso inicial indispensável para o desencadeamento do processo que leva ao acabamento da ação e a sua própria realização.

No texto a seguir, publicado em *O Globo*, 03/02/08 (“Brasil pode perder mais de 21% de floresta até 2030. Área derrubada na Amazônia seria 15 vezes maior que o Estado do Rio”) é a imperfectividade que caracteriza as ações descritas, enunciadas como atualizadas, mas ainda não terminadas:

A Amazônia pode perder até 21% de sua cobertura florestal até o fim de 2030, revela estudo de cientistas da Universidade Federal de Minas Gerais e do Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia. Pela projeção, o desmatamento do ritmo atual riscaria do mapa, em 23 anos, 670 mil quilômetros quadrados de floresta, área 15 vezes maior que o Estado do Rio. [...] “Se as previsões se confirmarem, os danos para a Amazônia e para o planeta serão irreparáveis”, alerta o cientista Britaldo Soares Filho, da UFMG. O estudo é divulgado num momento de polêmica em torno do levantamento do Inpe que apontou um aumento no ritmo de devastação da Amazônia.

Tomando a manchete como ponto de partida da análise, observa-se que o verbo modal *poder* modifica o enunciado descritivo *perder mais de 21% de floresta até 2030*, imprimindo-lhe um conteúdo de probabilidade ou possibilidade (podendo ser descrito pela estrutura modal *não crer não ser* ou *poder ser*, respectivamente), reiterado pelo emprego do futuro do pretérito do verbo (*seria*) do subtítulo, que expressa os mesmos conteúdos modais.

Nesse relato sobre o desmatamento na Amazônia, as modalidades funcionam, na organização dos encadeamentos das transformações narrativas, como enunciados que, ao modificar os enunciados de ação, explicam a competência de um sujeito para realizar a ação de devastação à floresta (não terminada) – um sujeito que *sabe* e *pode* agir. Para isso, pressupõe-se que esse sujeito foi mobilizado por um *querer* ou *dever*, que constituem as moti-

vações para a ação, o que explica a busca da competência para tornar efetiva sua realização.

Ao concretizar um *poder fazer* (expresso no texto pelo ritmo atual de desmatamento), o discurso abre um conjunto imaginário de tramas concorrentes, entre as quais pelo menos uma é apontada no texto como desdobramento polêmico da narrativa da devastação. Os estudos dos cientistas e seu alerta quanto aos “danos” decorrentes da ação fazem pressupor outra possível narrativa em que ela não se realizaria. Essa abertura é instaurada (e só é possível) pela modalização do enunciado. Manifestar as ações realizadas levaria a um fechamento dessas possibilidades.

Nesse caso, ao temporalizar o término dos eventos no futuro (até o fim de 2030) e qualificá-los como hipotéticos – previsões e projeções – concretizados pelo emprego do futuro do pretérito e futuro do presente (e o uso metafórico do presente do indicativo, criando efeito de aproximação no tempo), a enunciação escolhe apresentar os fatos em sua duração (aspecto não marcado nas formas verbais, mas apreensível na descrição das ações), em seu desenrolar, que se mostra num andamento acelerado, criando efeito de encurtamento da distância entre início e o término da ação, de um ponto de vista subjetivo (“Pela *projeção*, o desmatamento do ritmo atual riscaria do mapa, em 23 anos, 670 mil quilômetros quadrados de floresta, área 15 vezes maior que o Estado do Rio”).

Observamos, por esses exemplos, a variedade de modos de projeção das ações narrativas no texto, criando diferentes efeitos. Muitas vezes apresentadas como ações desejadas, possíveis ou hipotéticas, instituem uma certa aspectualidade na sucessão temporal dos eventos, imprimindo um ponto de vista a partir do qual se faz ver seu processo em direção à concretização (ou, em retrospectiva, pressupor o processo a partir da ação acabada). A modalização dos enunciados que descrevem os atos pode abrir para um leque de desdobramentos possíveis, a serem imaginados pelo leitor ou atualizados em outras edições do jornal, ou propiciar seu fechamento, tornando os fatos disponíveis para julgamento do narrador e do leitor. Para este, aderir a essa posição indicada pelo enunciador é condição para a leitura do texto e sua compreensão, propiciando uma identificação e também uma “[...] captura do leitor pelo discurso: para ler, o leitor [...] deve tomar posição em relação ao campo de discurso, adotar um ponto de vista, desenvolver uma atividade perceptiva etc. Desse modo, ele já partilha, ao menos parcialmente, da identidade modal e passional dos actantes do discurso” (Fontanille, 2007: 185).

4. Modalidades epistêmicas, efeitos de objetividade e subjetividade e argumentação

A própria posição a partir da qual fala o enunciador – se do ponto em que as ações já se encontram terminadas ou em que são apenas dadas as condições para sua realização, se elas são tomadas como pontuais ou se estão em processo –, de modo a obrigar o leitor a tomar conhecimento dos fatos

também sob esse ponto de vista, já evidencia a impossibilidade de uma imparcialidade absoluta nos textos jornalísticos. A comunicação, que aparentemente pode ser descrita como um *fazer saber*, na verdade implica uma complexidade que deve ser considerada na análise dos gêneros do discurso jornalístico.

A análise das notícias e reportagens tem demonstrado que os sujeitos nunca são neutros, “mas, ao contrário, são dotados de uma competência modal variável” (Greimas, 1983: 115)⁴. Isso significa que o *fazer saber* da comunicação é sobretudo, e primeiramente, um *fazer crer* (*idem*). O ato de convencer, próprio das interações comunicativas assim consideradas, implica um fazer “reconhecer a verdade” (Houaiss & Koogan, 1999: 435) de uma proposição, ou seja, decorre de uma transformação, seja de um estado de *não saber* para a admissão de um *saber*, por comparação entre o dado novo e um já conhecido, seja de um estado de negação ou dúvida sobre um fato para a sua admissão como verdadeiro.

Além disso, antes mesmo de submeter seu dizer ao julgamento do leitor, por meio de um fazer interpretativo, a proposição feita pelo enunciador já repousa sob uma base epistêmica, de fato é, por si só, um ato epistêmico que concerne, como vimos, numa ação de comparação, desta vez entre os testemunhos ouvidos e os fatos percebidos e seu universo cognitivo, constituído de saberes e crenças. É também uma solicitação de consenso por parte do leitor, de um estabelecimento de um contrato de confiança, mesmo tácito. Esse controle da adequação do novo e do desconhecido ao já conhecido e incorporado como verdadeiro, esse *re-conhecer*, portanto, tanto recai sobre a produção do enunciado, redundando num julgamento do enunciador quanto aos fatos enunciados quanto sobre o fazer interpretativo do enunciatário, leitor dos textos jornalísticos.

Para conquistar essa confiança do enunciatário, leitor do jornal, o enunciador deve erigir sua competência, que inclui não só a adequação desses julgamentos dos eventos narrados ao universo cognitivo coletivo de que participa, quanto por um fazer parecer verdadeiro ao contar. Para tanto, deve privilegiar a projeção de uma narrativa em terceira pessoa e a instalação de um espaço não relacionado à enunciação (debreagem enunciativa de pessoa e espaço), apesar de o tempo ser marcado pela enunciação (debreagem temporal enunciativa), necessário para produzir o efeito de atualidade que caracteriza os acontecimentos jornalísticos. A ancoragem espacial, actancial e temporal, construída pelo detalhamento e pela precisão, por meio de figuras (lexemas descritivos ou designativos que representam as coisas do mundo), do espaço onde ocorre os eventos, dos sujeitos envolvidos (indicando nome completo e idade) e do tempo, é outro procedimento para reconstruir os elementos do mundo no texto, criando efeito de realidade. A projeção de vozes

⁴ Textualmente: “... la familiarité qu’il [le sémioticien] entretenait avec les sujets “en papier”, ceux qu’il recontrait dans les textes, le forçait à affirmer que les sujets en situation de communication n’étaient pas neutres, mais dotés, au contraire, d’une compétence modale variable”

de diversos sujeitos, que assumem diferentes posições no relato, também é um recurso para atestar a imparcialidade do narrador frente aos fatos. Essa preocupação em dar espaço para todos os envolvidos, testemunhas, vítimas, acusados etc., fica patente nos textos, nas justificativas para os casos em que isso não se verifica, como uma recusa do sujeito interessado ou uma impossibilidade, como nos seguintes exemplos: “A **Folha** solicitou entrevista com a reitora, mas não foi atendida” (*Folha de S. Paulo*, 21/06/09); “A reportagem não conseguiu contato de advogados ou familiares dos suspeitos ontem” (*Folha de S. Paulo*, 13/06/09).

Esses, entre outros recursos, contribuem para fazer com que o leitor possa aceitar os acontecimentos noticiados como representações da realidade, acreditando na isenção do jornalista ao divulgá-los pela imprensa, assumindo os valores transmitidos como verdadeiros.

Apesar do efeito de objetividade decorrente desses recursos acima descritos, outras marcas linguísticas, entre elas as de modalização, acabam por denunciar a presença do sujeito da enunciação no discurso. A modalização pode afetar tanto o discurso enunciado, a própria enunciação ou as vozes projetadas no discurso, criando no texto uma orientação argumentativa determinada. Ao relatar um acontecimento, o narrador mostra-o ora como realidade incontestada, ora como possível, ora como duvidoso, incerto etc. Nas passagens abaixo, pode-se perceber tal variedade de modos de contar:

O que *se sabe* até o momento é que, nas mensagens enviadas automaticamente pelo avião antes de sua queda, os sensores registravam velocidades discrepantes. De acordo com especialistas, isso *poderia ser indício* de congelamento dos pitots (*O Globo*, 20/06/09).

Um ano e cinco meses depois de *ser obrigado* a renunciar ao cargo de presidente do Senado para escapar da cassação, *pode-se dizer* que o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), de volta ao comando da maior bancada da Casa, reconquistou o poder perdido (*O Globo*, 31/05/09).

Fragilizado pelas denúncias que *atingiram* a instituição desde sua posse, em fevereiro, Sarney *teria deixado* a cargo de Renan o comando das articulações políticas do Senado, a ponto de, na última semana, *ter interferido* nas indicações do PT para a CPI da Petrobras (idem).

A primeira passagem, sobre a queda de um Airbus da Air France no Atlântico, pode-se assinalar claramente os diferentes modos de apresentar as informações: primeiramente, pelo emprego da construção do verbo *saber* acompanhado do *se* passivo, o fato de os sensores da aeronave terem registrado velocidades discrepantes é mostrado como realidade de conhecimento geral, tomado como verdadeiro e certo. A causa, contudo, desse problema técnico, o “congelamento dos pitots”, aparece sob a responsabilidade do dizer dos “especialistas”, modalizado por um *poder ser* (como uma possibilidade), sobremodalizado por um *não crer ser* (como incerto, hipotético), apreensível pelo emprego metafórico do futuro do pretérito do verbo *poder*. Esses dados, assim veiculados, demonstram uma confiança variável do nar-

rador em relação ao dizer dos técnicos e informantes ouvidos. Se assume e enuncia com sua própria voz a primeira informação, a segunda é explicitamente delegada aos especialistas, criando um distanciamento do narrador em relação ao fato narrado.

No fragmento seguinte, de uma notícia sobre a recuperação política do senador Renan Calheiros, percebem-se os julgamentos do narrador em relação à renúncia do cargo de presidente do Senado pelo político e a reconquista do poder. No primeiro caso, há a modificação do enunciado descritivo por um *dever fazer* (renunciar ao cargo é um ato *obrigatório*, imposto pelas circunstâncias, que assumiram a força de um sujeito que faz fazer) e de *dever ser* (visto que a renúncia foi considerada *necessária*, assumida pelo sujeito de maneira a evitar, assim, a cassação iminente). O segundo caso diz respeito a uma espécie de “autorização” para dizer, recaindo, por conseguinte, sobre a enunciação, sobredeterminando a afirmação da reconquista do poder pelo senador como uma possibilidade ancorada pelas evidências posteriormente relatadas.

A variação modal pode também ser vista na outra citação dessa mesma notícia: da afirmação indicativa da certeza quanto à verdade de certos fatos pelo narrador (marcados pelo modo indicativo do verbo ou pelas orações não finitas) à incerteza quanto a outros (o emprego do futuro do pretérito do verbo verbo *ter* na perífrase verbal quanto a delegação de poder a Renan Calheiros por José Sarney), torna evidente a parcialidade do enunciador que escolhe quais informações devem ser tratadas como verdadeiras e certas e sobre quais devem recair a dúvida e a incerteza, direcionando o leitor a receber certos valores como aceitáveis ou admissíveis e outros como recusáveis e suspeitosos.

Esse julgamento pode inclusive variar mesmo quando recai sobre os mesmos dados, como se pode ver na notícia intitulada “Comerciante leva 10 tiros; polícia diz que ladrões o usaram como escudo” (*Folha de S. Paulo*, 13/06/09). As informações dadas sobre o número de tiros e o fato de os ladrões terem feito o comerciante de escudo humano são reiteradas ao longo do texto, mas sofrendo variações de modo a minimizar a certeza quanto à sua realidade, como se vê adiante:

Durante uma tentativa de assalto a um salão de beleza em São Paulo, um dos donos do estabelecimento levou *cerca de dez tiros ao ser usado como escudo humano* por bandidos em tiroteio com a polícia (o grifo é nosso).

[...]

Segundo a polícia, os suspeitos começaram a atirar e *usaram o comerciante Orestes Gomes de Barros Filho, 59, como escudo humano*.

Segundo boletim médico do hospital Samaritano, onde Barros Filho está internado desde o início da tarde de ontem, ele levou “aproximadamente dez tiros”, que o atingiram no tórax, no fêmur, nos calcanhares, na boca e na mão.

O hospital Samaritano informou ontem *que ainda não era possível contar o número de tiros que acertaram o comerciante*, já que ele ainda passaria por avaliação (o grifo é nosso).

Pelos trechos por nós destacados, verifica-se que a exatidão quanto ao número certo de tiros levados pelo comerciante, afirmada na manchete, vai gradativamente sendo modificada para uma aproximação, transformando-se em probabilidade, apreensível pela determinação do quantificador *dez* por meio das expressões como “cerca de” (na fala do narrador), “aproximadamente” (no dizer do boletim médico), até que, por delegação de voz à instituição onde o comerciante se encontrava internado, chega-se a saber que “não era possível contar o número de tiros”. Ou seja, a ocorrência de uma quantidade de tiros, antes precisa, termina por ser modalizada por um *não poder saber* (impossibilidade).

De maneira menos drástica, há também variação quanto à demonstração da crença na outra afirmação da manchete: se o fato de os ladrões terem feito o comerciante de escudo humano é informado por meio do dizer do outro, o que cria, de certa forma, uma atenuação em relação à crença nos fatos e à confiança na fala da polícia, logo no primeiro parágrafo é assumido pelo narrador (“[...] levou cerca de dez tiros *ao ser usado como escudo humano por bandidos [...]*”) para logo depois se atribuir a responsabilidade pelo dito novamente ao actante do enunciado (“*Segundo a polícia [...]*”)⁵.

A modalização do dizer do outro, refletindo um julgamento do narrador que o analisa, também é uma forma de imprimir subjetividade ao texto, indicando uma forma de ser interpretado pelo leitor. O trecho a seguir, da notícia “Comissão tem sete dias para apurar atos secretos” (*O Globo*, 20/06/09), sobre denúncias de mais de seiscentos atos secretos (sem a devida publicação) efetivados no Senado, beneficiando parentes de políticos e aumentando salários, pode dar uma dimensão do procedimento:

O senador *chegou a negar* a existência de atos secretos. Segundo ele, essas decisões administrativas *apenas não teriam* cumprido uma formalidade:

– *Não pode* haver ato secreto se houve causas e efeitos. Neste caso eles *não podem ser* secretos. Deixaram de cumprir uma formalidade *essencial* (grifo nosso).

Ao projetar a voz de Sarney em discurso direto, a jornalista (a notícia é assinada por Adriana Vasconcelos) avalia que o senador modalizou a existência dos atos secretos por um *saber não ser* e um *crer não ser*, afirmando que ele considera pouco grave, e até dispensável (*não dever ser*) ou prescindível (*poder não ser*) o cumprimento de uma formalidade (marcados pelo operador argumentativo *apenas*), posição à qual a jornalista não adere (o emprego do futuro do pretérito do verbo *ter* na locução atesta isso).

No entanto, em sua fala, o senador emprega um argumento de tipo lógico: *se* houve causas e efeitos (evidências da existência dos atos, permitindo,

⁵ Segundo Greimas (1983, pp. 115-116), o “eles dizem que...”, sendo a principal fonte do saber comunicar, significa somente uma falta de certeza e confiança. Somando-se a isso o fato de o nosso saber sobre o mundo se baseiar, em primeiro lugar, num “diz-se”, pode-se perguntar se a dimensão cognitiva dos discursos e as modalidades que a articulam não dizem respeito, essencialmente, à dimensão e às modalidades de nossas crenças.

consequentemente, que se tornassem conhecidos), *então* os atos não podem ser secretos. Ou seja, ao recorrer a uma implicação lógica, demonstra, empregando a modalidade alética, que a proposição *os atos foram secretos* não tem existência, é impossível de ser admitida. Termina a fala também afirmando a necessidade da formalidade que deixou de ser cumprida (concretizada pelo adjetivo *essencial*).

Observa-se, então, que a jornalista parece querer fazer o leitor crer que os argumentos de Sarney são falaciosos, porque não correspondem à verdade dos acontecimentos, alterando a forma de ler sua fala, apagando ou minimizando determinados recursos linguísticos que lhe dariam outra direção argumentativa. Ao modalizar a fala do senador, o narrador constrói também uma imagem dele, neste caso, negativa, comprometendo-o com as irregularidades que nega.

5. Modos de ser dos sujeitos e seus afetos

O estudo das modalidades na semiótica permitiram também desenvolver uma tipologia dos sujeitos, tanto os que se inscrevem no narrado, como participantes das ações nele relatadas (ou afetados pelas paixões descritas) quanto os participantes da enunciação – o produtor do enunciado e seu destinatário. Essa construção dos sujeitos também configura um modo de dar uma direção argumentativa aos textos, como veremos.

No caso da notícia sobre as irregularidades no Senado, comentado no item anterior, a interpretação comprometida feita sobre a declaração de Sarney é reforçada pela descrição das emoções que o afetam, como se vê na passagem: “– *Visivelmente nervoso* na entrevista na qual anunciou providências para tentar identificar e punir responsáveis pelos atos secretos, Sarney evitou comentar acusações do chefe do serviço de publicação do boletim de pessoal do Senado[...]” (o grifo é nosso). A descrição do seu estado emocional, modalizado pelo advérbio *visivelmente*, contribui para atestar o envolvimento do senador nas irregularidades e a sua tentativa de escapar das responsabilidades decorrentes do fato por sua recusa. A co-ocorrência de um *dever fazer* e um *não querer fazer*, modalidades incompatíveis, produzem o conflito que afeta o sujeito, fazendo surgir as manifestações dos estados passionais.

As incompatibilidades modais podem disseminar-se por todo o discurso, criando impasses que podem suspender o processo narrativo, além de qualificarem os sujeitos. As modalidades que afetam os sujeitos em busca de um valor e as relações entre os sujeitos podem configurar toda a organização narrativa. Uma reportagem sobre os embates entre a Reitora da Universidade de São Paulo (USP), Suely Vilela, os estudantes e os professores, asseverado por uma manifestação de funcionários e alunos, serve para ilustrar esse papel da modalização (“Para dirigentes, reitora não aceita enfrentar divergências”, *Folha de S. Paulo*, 21/06/09). O jornalista, ao relatar os fatos e informar sobre o impasse nas relações entre os sujeitos, constrói também sua identi-

dade, nesse caso dando especial ênfase à Reitora, considerada como pivô dos conflitos.

Na sua relação com os outros sujeitos, a Reitora se constitui um sujeito autoritário, modalizando-os por um *dever fazer* ou por um *dever não fazer*, o que se comprova pelos lexemas e expressões destacados nas passagens abaixo:

“Cada contratação de docente, cada reforma de prédio, *é preciso pedir* para ela. E a Suely usa muito o poder de reitor. *Exige* lealdade”, afirma o vice-diretor de uma unidade da área de exatas do campus da capital.

[...]

Entidades de docentes, alunos e funcionários dizem que a reitora fechou-se à negociação com grevistas e chamou a polícia para *impor* o seu ponto de vista. Segundo a reitoria, a PM foi acionada para *impedir* que os prédios fossem bloqueados (o grifo é nosso).

Dotada de um *poder fazer* (aprovar projetos, chamar a polícia para coibir manifestantes) e um *poder não fazer* (não nomear o diretor mais votado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, como de praxe era feito, fechar-se à negociação com os grevistas), não se torna, entretanto, um sujeito competente para assumir a função para a qual foi escolhida, pois está modalizada por um *não saber fazer*, caracterizando-se como um sujeito incompetente. O modo que o narrador concretiza essa falta é particularmente interessante. Para traçar seu perfil como acadêmica e dirigente da universidade, apresenta as seguintes informações:

A farmacêutica, de 55 anos, formada no campus de Ribeirão Preto, mestrado a respeito das toxinas do veneno de escorpião brasileiro “*Tityus serrulatus*”, doutorado sobre o “*Tityus serrulatus*” e livre-docência sobre “*Tityus serrulatus*”, é considerada na USP como uma pessoa centralizadora – não aceita ser contrariada.

[...]

Quando foi escolhida pelo ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB) para dirigir a USP, Suely Vilela deu uma entrevista para o jornal “O Estado de S. Paulo” em que disse que gasta a maior parte do dinheiro que ganha com cremes e roupas “coloridas, porém, clássicas”.

E que pensa em fazer plástica porque “não pode ser uma reitora feia”. E que, quando decidiu ser candidata, leu “*Você É do Tamanho de seus Sonhos*”, um livro de autoajuda.

Percebe-se, pelas passagens, que o objeto sobre o qual recai o saber da reitora é restrito – as toxinas do veneno de uma espécie de escorpião brasileiro apenas – desqualificação ressaltada pela repetição do nome científico do animal como tema de todas os trabalhos acadêmicos mais importantes da docente. Quanto aos objetos de seu querer, podem ser descritos como supérfluos e individuais, manifestados em uma entrevista decorrente da assunção do cargo de reitora, o que torna mais evidente seu despreparo para a função. A escolha desse modo de apresentar a identidade da reitora estão em oposição ao que se valoriza na sociedade e, especificamente, no universo acadêmico em que atua – os objetos do saber deveriam ser universais e abrangentes.

tes, numerosos e profundos; os objetos do querer deveriam ser essenciais e coletivos, altruístas e democráticos.

Opondo o modo de ser da dirigente da USP às expectativas do leitor e dos outros actantes (professores, funcionários, alunos), considerando que todos compartilham o universo cognitivo de que participa e a partir do qual faz as suas ponderações, o jornalista acentua as incompatibilidades modais que tornam o fazer da reitora inoperante e desencadeiam o impasse nas relações conflituosas com os outros sujeitos. Toma, então, posição no conflito e no jogo de forças que atuam na narrativa, convidando o leitor a ver como positiva a resistência ativa da comunidade acadêmica e a partilhar das críticas e censuras que implicitamente faz à reitora e a seu modo de agir.

Para atenuar essa tomada de posição e dissimular a direção argumentativa que impõe a seu discurso, o narrador não deixa de projetar a fala e atitudes daqueles que apoiam a reitora: faz menção a um manifesto de diretores de unidades com 38 signatários e a afirmação de certos docentes de que Suely sofre preconceito por ser a primeira mulher a dirigir a universidade e vir de um *campus* do interior. No entanto, essas considerações ocupam um pequeno espaço da matéria e ainda são atenuadas pelos outros argumentos (o número de opositores, o fato de serem dirigentes escolhidos pela própria reitora, o que torna tendencioso o apoio).

O modo de construir o relato, os tipos de argumentos empregados (distribuição de vozes, repetições de elementos do conteúdo e da expressão etc.) e os recursos de modalização escolhidos levam a concluir sobre o próprio ser do enunciador: um jornalista irreverente e indignado, mas sem que essas qualidades afetivas apresentem a intensidade que coloque em risco a credibilidade do seu discurso, e descrente de que esse impasse se resolva facilmente. É preciso ser um leitor perspicaz para apreender os recursos sutis e os implícitos que permitem perceber essa tomada de posição e essa sensibilização do discurso.

6. Conclusão

Conforme pudemos perceber pelas análises, nas relações comunicativas estabelecidas pelos jornais com seus leitores, mais do que um *fazer saber*, ou seja, informar sobre os eventos do mundo, há um *fazer crer*, mesmo que seja dissimulado por meio de recursos discursivos que dão ao discurso uma aparência de objetividade, imparcialidade e realidade. O próprio efeito de objetividade construído no texto já é um procedimento para conquistar a confiança do leitor e a crença nos eventos narrados e nos julgamentos dos jornalistas.

A modalização é um dos mecanismos que permitem perceber essa relação de fidedignidade entre o enunciador e o enunciatário e explicar seus modos de presença no discurso, dando-lhes uma identidade. No discurso jornalístico, essa identidade deve se construir com base no equilíbrio entre os efeitos de subjetividade e objetividade, numa regulação na modulação das modalida-

des epistêmicas, para que não se ponha em risco a credibilidade do conteúdo das narrativas. Isso significa que uma crença excessiva do enunciador (aplicada aos testemunhos e à aparência das coisas e dos eventos), manifestado como um *saber ser* cego e absoluto, implica a construção da imagem de sujeito crédulo; ao contrário, um *crer* a menos implica a construção discursiva de um sujeito cético ou mesmo cínico. Ambas as identidades são pouco confiáveis e aceitáveis, considerando o domínio dos textos jornalísticos, segundo o universo cultural e cognitivo de que participamos.

A modalização é também uma forma de inscrever um modo de perceber e sentir os eventos narrados, instituindo uma perspectiva e um julgamento, o que faz com que o texto tenha uma orientação argumentativa – indispensável para a própria coerência do texto – e, em alguma medida, mesmo atenuada, uma sensibilização afetiva. Enfim, a explicitação dos procedimentos de modalização, intrínsecos ao próprio ato de enunciação, é fundamental para compreendermos a discursivização dos enunciados e a sua interpretabilidade.

Referências bibliográficas

- Bertrand, D. (2003). *Caminhos da semiótica literária*. Bauru, SP: EDUSC.
- Bucci, Eugênio (2003). Introdução: o jornalismo ordenador. In Mayra Rodrigues Gomes. *Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar*. São Paulo: Hacker Editores / Edusp.
- Fontanille, J. (2007). *Semiótica do discurso*. Trad. Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto.
- Greimas, A. J. (1983). *Du sens II: essais sémiotiques*. Paris: Editions du Seuil, pp. 67-133.
- Greimas, A. J & J. Courtés (2008). *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto.
- Houaiss, A & A. Kogan (1999). *Enciclopédia e dicionário ilustrado*. 4 ed. Rio de Janeiro: Seifer.
- Landowski, E. (1992). *A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica*. São Paulo: EDUC / Pontes.